

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	12
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	14
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	15
2.5 Medições não contábeis	16
2.6 Eventos subsequentes as DFs	18
2.7 Destinação de resultados	19
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	21
2.10 Planos de negócios	22
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	26
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	27
5.2 Descrição dos controles internos	29
5.3 Programa de integridade	31
5.4 Alterações significativas	34
5.5 Outras informações relevantes	35

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

As informações constantes neste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site (www.lifemed.com.br/investidores).

O ano de 2022 terminou com um decréscimo na receita bruta líquida de devoluções e abatimentos de 66,1% representando uma diminuição de R\$ 283,6 milhões, 66,7% na receita líquida representando uma diminuição de R\$ 255,3 milhões, e no lucro bruto um decréscimo de 69,0% representando uma diminuição de R\$ 147,7 milhões, em relação ao exercício de 2021. Esta variação expressiva nos valores é explicada pelo fato que em 2021 estávamos na segunda onda da COVID-19, com investimentos ainda significativos em infraestruturas de UTI para fazer face ao aumento da pandemia.

A Companhia nos últimos anos tem direcionado a sua estratégia e a sua atividade para ser reconhecida como uma das principais plataformas nacionais de fornecimento de produtos para o segmento de dispositivos médico-hospitalar de UTI, com o desenvolvimento e produção na planta de Pelotas de vários dispositivos médico-hospitalar, nomeadamente bombas de infusão, monitores e desfibriladores, e associação a empresas nacionais e internacionais produtoras de ventiladores, eletrocardiógrafos e camas hospitalares.

O decréscimo verificado na margem bruta da Companhia, em valores absolutos se deve aos fatores já descritos acima. Em termos percentuais se verificou uma pequena diminuição da margem bruta, pois a Companhia diminuiu seu modelo de negócio de locação.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pela nossa administração na condução de nossos negócios:

	Exercício social encerrado em		Variações horizontais	
	(em R\$ mil)		(em %)	
	2022	2021	2022 x 2021	2021 x 2020
Receita líquida de vendas	127.596	382.853	-67%	41%
EBITDA⁽¹⁾	39.247	199.414	-80%	103%
Margem EBITDA⁽²⁾	30,76%	52,09%	-41%	44%
Lucro bruto	66.509	214.328	-69%	88%
Lucro líquido	(15.381)	101.812	-115%	217%
Margem Líquida⁽³⁾	0,00%	26,59%	-100%	125%
Patrimônio Líquido	181.702	197.083	-8%	63%
Dívida Bruta⁽⁴⁾	146.884	147.306	0%	10%
Curto prazo	136.167	84.105	62%	39%
Longo prazo	10.717	63.201	-83%	-14%

⁽¹⁾ O EBITDA consiste no lucro líquido do exercício, acrescido das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social e das depreciações e amortizações. O EBITDA não é medido de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

indicador de liquidez. O EBITDA é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional. A Companhia entende que esse indicador é apropriado para uma melhor compreensão do seu desempenho financeiro, bem como da sua capacidade de cumprir com obrigações passivas e obter recursos para arcar com suas despesas de capital e de capital de giro, uma vez que apresenta os resultados relacionados apenas às suas atividades operacionais, isentos de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis como a depreciação e a amortização. Ademais, a Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Entretanto, esse indicador não reflete a real geração de caixa da Companhia e não deve ser usado como tal. Para uma reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) EBITDA do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(3) Lucro líquido do exercício dividido pela receita operacional líquida do exercício.

(4) A Dívida Bruta corresponde às dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos) de curto e longo prazo.

No que tange às nossas principais condições patrimoniais, destacamos os indicadores de dívida líquida, índice de liquidez corrente e patrimônio líquido, cuja evolução é acompanhada por nossa administração.

Nossa dívida líquida é calculada pelos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos após a dedução dos valores mantidos no caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir apresenta o comportamento deste indicador em 31 de dezembro de 2022:

Indicadores financeiros	Em 31 de dezembro de 2022
Empréstimos e financiamentos	
Curto prazo.....	136.167
Empréstimos e financiamentos	
Longo prazo.....	10.717
Dívida Bruta.....	146.884
(-) Caixa e equivalentes de caixa.....	3.851
(-) Aplicações financeiras.....	45
Dívida Líquida.....	142.988

A nossa dívida líquida de 2022 decorre, principalmente da evolução da nossa dívida bruta que, por sua vez, decorreu da contratação de novos financiamentos para fazer jus ao nosso plano de negócios, estratégia de expansão.

Nosso índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do nosso ativo circulante pelo nosso passivo circulante.

Indicadores financeiros	2022
Ativo Circulante	249.874
Passivo Circulante	141.103
Índice de liquidez corrente	1,8

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2022, nosso patrimônio líquido era de R\$ 181.702 milhões, comparado a R\$ 197,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação de 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2022, refere-se basicamente ao resultado negativo do período. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado estava representado por 2.576.438 ações ordinárias, no valor de R\$ 73,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a nossa estrutura de capital era composta por 45,8% de capital próprio (patrimônio líquido) e 54,2% de capital de terceiros (passivo total), comparados 44,4% de capital próprio e 55,6% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2021, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	2022		2021	
	R\$ mil	(%) ¹	R\$ mil	(%) ¹
Patrimônio líquido	181.702	45,8%	197.083	44,4%
Passivo Total	215.057	54,2%	247.271	55,6%
Total	396.759	100,0%	444.354	100,0%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa administração acredita que a Lifemed possui capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam nossos índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do nosso ativo circulante pelo passivo circulante) e de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa – (pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os principais financiadores das atividades de investimento, seja em capital de giro ou ativo não circulante, são a FINEP, o Banco Santander e o Banco Itaú.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui linhas de capital de giro pré-aprovadas (conta garantida) junto a outras instituições financeiras. Adicionalmente, os financiadores citados no item d acima também são potenciais provedores de liquidez para a Companhia.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos nossos empréstimos e financiamentos era de R\$ 149,9 milhões (R\$ 147,3 milhões em 31 de dezembro de 2021). Nossa dívida líquida é calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa, e totalizou R\$ 143,0 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 102,3 milhões em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 (valores em R\$ mil)

2023	2024	2025	2026	Total
137.167	8.913	1.804	-	146.884

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos para Capital de giro

Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos 17 contratos de financiamento para capital de giro e garantida, que se caracterizam como operações com taxas de juros pré-fixadas. Os contratos têm vigência variada com pagamento de curto prazo, exceção a um empréstimo com o banco Santander que tem seu vencimento de 2026. Em 31 de dezembro de 2022, as taxas de juros pré-fixadas dos nossos contratos nesta modalidade de financiamento variavam de 3,55% a.a. + CDI a 9,25% a.a. + CDI e taxa fixa de 17,39% a.a. 18,99% a.a. Nossas obrigações nestes contratos são garantidas por garantias diversas, dentre elas, avais prestados pelo acionista controlador e imóveis. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto desses contratos era de R\$ 125,0 milhões, o que representava 85,1% da nossa dívida bruta.

Empréstimos para Financiamento de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos 1 contrato de financiamento para financiamento de ativo imobilizado, que se caracterizam como operações com taxas de juros pré-fixadas. Os contratos têm vigências diversas, chegando a até 48 meses. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de juros pré-fixada do nosso contrato nesta modalidade de financiamento era de 1,5% a.a. + TJLP. Nossa obrigação neste contrato é garantida imóvel e fiança bancária. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto desse contrato era de R\$ 12,7 milhões, o que representava 8,6% da nossa dívida bruta.

Financiamento para Importação

Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos 3 contratos de financiamento para importação, que se caracterizam como operações com taxas de juros pré-fixadas. Os contratos têm vigências diversas, chegando a até 11 meses. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de juros pré-fixadas do nosso contrato nesta modalidade de financiamento era de 3,90% a.a. + CDI e 17,45 a.a. a 17,97 a.a. Nossa obrigação neste contrato é garantida por aval prestado pelo acionista controlador. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto desses contratos era de R\$ 9,1 milhões, o que representava 6,1% da nossa dívida bruta.

Destacamos abaixo os empréstimos na data base de 31 de dezembro de 2022:

Banco	Modalidade	Encargos	31/12/2022
		de 17,39% a.a. a 18,99%	
Banco Itaú S.A.	Giro	a.a.	49.271

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Banco Itaú S.A.	Finimp	17,97% a.a. de 3,55% a.a. + CDI e	2.194
Banco Santander S.A	Giro	17,45% a.a. a 18,09% a.a	64.307
Banco Santander S.A	Garantida	9,25% a.a. + CDI	101
Finep	Investimento	1,55% a.a. + TJLP	12.666
Banco Safra S.A.	Giro	8,20% a.a.	672
Banco ABC S.A.	Finimp	3,90% a.a. + CDI	4.763
Banco BS2 S.A.	Giro	4,28% a.a. + CDI	10.347
China Construction Bank - CCB	Giro	6,15% a.a.	-
China Construction Bank - CCB	Finimp	17,45% a.a.	2.113
Total de empréstimos e financiamentos			146.884
Passivo Circulante			136.167
Passivo Não Circulante			10.717

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não possuíamos quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima e em nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não tem grau de subordinação entre as dívidas, com exceção daquelas dívidas preferenciais por disposição legal.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Nos nossos contratos de financiamento não temos cláusulas que nos sujeitem a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, manutenção de índices financeiros mínimos ou máximos. Em alguns contratos faz referência ao vencimento antecipado caso exista mudanças ou transferência do controle do capital, bem como sua incorporação, fusão ou cisão. Não podemos alienar os imóveis dados em garantia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Banco	Limite de crédito	Investimento	Giro	Financiamento Importação	Total	% utilizado
Santander S.A.	70.000		63.750		63.750	91%
Itaú S.A.	70.000		48.151	2.085	50.236	72%
CCB	10.000			2.033	2.033	20%
Safra S.A.	5.000		669		669	13%
FINEP	12.625	12.625			12.625	100%
BS2	10.272		10.272		10.272	100%
Bradesco	5.000				-	0%
ABC S.A.	10.000			4.692	4.692	47%
	192.897	12.625	122.843	8.810	144.278	75%

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações de Resultado

Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados

Receita operacional de vendas

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a entidade possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A Companhia comercializa produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar, com a totalidade das vendas realizadas, na sua grande maioria, no mercado interno, que são classificadas com venda de produtos. As linhas de produtos e equipamentos vendidos para os hospitais são, bombas de infusão, monitores, desfibriladores, ventiladores, reprocessadoras de endoscópios e linhas de equipo de infusão. As prestações de serviços estão relacionadas com serviços de manutenção e reparação nos equipamentos vendidos aos clientes e atualmente a Companhia oferece locação de leitos de UTI, fornecendo todos os equipamentos necessários para o funcionamento de uma UTI. A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

Custos dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são compostos de (i) matérias-primas e outros materiais usados e consumidos na produção; (ii) fretes de matérias primas; (iii) outros

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

custos industriais, incluindo depreciação, custo de mão de obra, serviços de terceiros, entre outros.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado do período, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com os juros sobre empréstimos e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido de janeiro até dezembro. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras

Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração do Resultado	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2022		2021		Variação
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2022x2021 (%)
Receita líquida de vendas	127.596	100,0%	382.853	100,0%	-66,7%
Custo dos produtos vendidos	(61.087)	-47,9%	(168.525)	-44,0%	-63,8%
Lucro bruto	66.509	52,1%	214.328	56,0%	-69,0%
Despesas administrativas	(24.835)	-19,5%	(38.927)	-10,2%	-36,2%
Despesas comerciais	(35.162)	-27,6%	(81.021)	-21,2%	-56,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	16.823	13,2%	45.915	12,0%	-63,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	23.335	35,1%	140.295	65,5%	-83,4%
Despesas financeiras	(47.562)	-37,3%	(24.646)	-6,4%	93,0%
Receitas financeiras	2.543	2,0%	11.798	3,1%	-78,4%
Resultado financeiro, líquido	(45.019)	-35,3%	(12.848)	-3,4%	250,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.684)	-17,0%	127.447	33,3%	-117,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	6.303	4,9%	(25.635)	-6,7%	-124,6%
Prejuízo do exercício	(15.381)	-12,1%	101.812	26,6%	-115,1%

¹ Em relação à receita líquida de vendas.

Receita líquida de prestação de serviços

Nossa receita bruta de vendas e de prestação de serviços, conforme o quadro acima, totalizou R\$ 127,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma diminuição de R\$ 255,3 milhões, ou 66,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta diminuição expressiva nos valores é explicada pelo fato que em 2021 estávamos na segunda onda da COVID-19, com investimentos ainda significativos em infraestruturas de UTI para fazer face ao aumento da pandemia.

Custos dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos tiveram diminuição de R\$ 107,4 milhões, ou 63,8%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$ 61,1 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$ 168,5 milhões. Os principais fatores que resultaram nessa variação foram (i) a diminuição da receita de vendas conforme mencionado acima e (ii) em termos percentuais se verificou uma pequena diminuição da margem bruta, pois a Companhia diminuiu seu o modelo de negócio de locação.

Despesas/receitas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossas despesas operacionais totalizaram R\$ 43,2 milhões, representando um decréscimo de R\$ 39,9 milhões ou 41,7%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$ 74,0 milhões.

A diminuição no grupo de despesas operacionais pode ser explicado, principalmente pelo (i) diminuição das despesas administrativas no montante de R\$ 14,1 milhões - decorrente de diminuição de R\$ 5,7 milhões referente ativação de despesas de novos projetos de P&D,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

diminuição de R\$ 3,5 milhões de honorários advocatícios, diminuição de R\$ 8,4 milhões de amortização de P&D, aumento de R\$ 0,8 milhões de salários, aumento de R\$ 1,0 milhões de gastos com serviços prestado de TI e aumento de R\$ 1,5 milhões de processos trabalhistas; (ii) diminuição de R\$ 45,9 milhões nas despesas comerciais, devido a diminuição de comissões de R\$ 26,0 milhões e royalties de R\$ 7,8 milhões devido a diminuição de vendas de produtos em relação a 2021, diminuição na constituição de PCLD (Provisão para créditos de liquidação duvidosa) no montante de R\$ 16,8 milhões, aumento de outros custos de pessoal no montante de R\$ 2,1 milhões e aumento de R\$ 1,4 milhões de outras despesas tributárias (iii) diminuição de outras receitas e despesas operacionais de R\$ 29,1 milhões, basicamente devido a diminuição das requisições administrativas solicitada pelo Governo Federal para combate a COVID-19, no montante de R\$ 16,4 milhões, diminuição da exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS que a Companhia teve o transito em julgado em 2021, no montante de R\$ 10,1 milhões, diminuição de R\$ 2,3 milhões do crédito presumido de ICMS e aumento de R\$ 2,3 milhões de outros créditos.

Resultado financeiro líquido

Demonstração de Resultado	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2022		2021		Variação
	(R\$ mil)	(%) ¹	(R\$ mil)	(%) ¹	2022x2021 (%)
Desconto obtido	121	-0,3%	127	-1,0%	-4,7%
Variação cambial	137	-0,3%	4.405	-34,3%	-96,9%
Receita de Juros	2.285	-5,1%	7.266	-56,6%	-68,6%
Receitas financeiras	2.543	-5,6%	11.798	-91,8%	-78,4%
Despesas de juros	(18.167)	40,4%	(13.517)	105,2%	34,4%
Despesas bancárias	462	-1,0%	(280)	2,2%	-265,0%
Variação cambial passiva	(2.936)	6,5%	(3.314)	25,8%	-11,4%
Ajuste a valor presente	(21.891)	48,6%	-	0,0%	0,0%
Outras despesas Financeiras	(5.030)	11,2%	(7.535)	58,6%	-33,2%
Despesas financeiras	(47.562)	105,6%	(24.646)	191,8%	93,0%
Resultado líquido, financeiro	(45.019)	100,0%	(12.848)	100,0%	250,4%

¹ Em relação ao resultado financeiro líquido.

Nossa receita financeira sofreu uma diminuição de R\$ 9,3 milhões, ou 78,4%, passando de R\$ 11,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 2,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa diminuição decorreu principalmente do decréscimo de R\$ 4,3 milhões ou 96,9% na receita de variação cambial positiva e da diminuição de R\$ 5,0 milhões ou 68,6% dos juros sobre aplicação financeira.

O grupo de despesas financeiras apresentou aumento de R\$ 22,9 milhões ou 93,0%, passando de R\$ 24,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 47,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação decorreu basicamente devido aos seguintes fatores: (i) aumento das despesas de juros no montante de R\$ 4,7 milhões, sendo que a Administração continua buscando e mantendo taxas de juros mais atraentes; (ii) diminuição de outras despesas financeiras no montante de R\$ 2,5 milhões e (iii)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aumento de ajuste a valor presente calculado sobre o contas a receber com o Ministério da Saúde em atraso, no montante de R\$ 21,9 milhões.

Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

A diminuição de R\$ 31,9 milhões de nossa despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, decorrente da diminuição dos lucros apurados no exercício de 2022.

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima elencados do item a. a h., nosso prejuízo líquido totalizou R\$ 15,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um lucro líquido de R\$ 104,8 milhões no mesmo período de 2021.

Demonstrações de fluxo de caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstrações de fluxo de caixa	Período findo em 31 de dezembro de		Variação 2021 x 2020
	2022	2021	
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.026	3.452	16,63%
Caixa líquido - atividades operacionais	36.662	113.224	-67,62%
Caixa líquido - atividades de investimento	2.823	(97.256)	-102,90%
Caixa líquido - atividades de financiamento	(39.660)	(15.394)	157,63%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	3.851	4.026	-4,35%

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$ 36,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um fluxo de caixa operacional gerado de R\$ 113,2 milhões no mesmo período de 2021. Essa variação de R\$ 76,5 milhões ocorreu, principalmente, devido a menor necessidade de capital de giro, com destaque contas a receber e impostos a recuperar em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou uma geração de R\$ 2,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um consumo de R\$ 97,3 milhões no período de 2021. Essa diminuição de R\$ 100,1 milhões ocorreu, principalmente, a diminuição de R\$ 25,9 milhões no investimento com a aquisição de imobilizado. Por outro lado, houve um aumento de investimento em intangíveis no montante de R\$ 5,6 milhões. E ainda uma variação negativa de R\$ 79,8 nas aplicações financeiras quando comparadas com 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou uma utilização no montante de R\$ 39,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 vis a vis uma utilização de caixa de R\$ 15,4 milhões no mesmo período de 2021. A variação de R\$ 24,3 milhões de aplicação de caixa ocorreu, principalmente, a menor captação de empréstimo no período no montante aproximado de R\$ 119,5 milhões, a menor amortização no período no montante de R\$ 100,5 milhões e pagamento de dividendos no montante de R\$ 12,9 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é basicamente composta pela venda dos produtos que produzimos (para uma descrição dos produtos, vide item 1.3 a. deste Formulário de Referência). Dessa forma, as variações em nossa receita estão intrinsicamente relacionadas a variação no volume de itens vendidos e na variação do preço médio de venda destes itens.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais de 2022 foram positivamente afetados pelos seguintes registros: R\$ 9,9 milhões referente a aquisições administrativas requisitadas pelo Governo Federal e R\$ 1,3 milhões referente a crédito presumido de ICMS.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia podem apresentar variações significativas por modificações de preços e alterações de volumes, bem como pela introdução de novos produtos e serviços.

Na linha de Bombas de Infusão o desenvolvimento da V-Link, a introdução desta nova linha tem suportado o aumento verificado nas receitas da linha de negócio de Infusão.

Como o mercado da Companhia é 99,828% doméstico, não registamos nenhuma variação na receita relacionada com alterações na taxa de câmbio. No entanto, algumas linhas de negócios podem ser impactadas quando há uma valorização do real face ao dólar, visto que o produto importado pode tornar-se mais competitivo que o produto nacional neste cenário.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação pode impactar indiretamente os custos diretos e indiretos de nossos produtos, bem como nossas despesas. Todavia, o impacto efetivo na Companhia depende da nossa capacidade em repassar a inflação aos clientes finais por meio de aumento no preço de venda dos produtos. É razoável afirmar que no melhor cenário há um descasamento temporal entre o impacto da inflação na Companhia e o efetivo repasse total desta inflação aos clientes finais, caso ela ocorra em sua totalidade. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos e poder de compra dos clientes finais. A depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente nosso resultado operacional.

Neste cenário, nossa administração acompanha constantemente a margem bruta de cada linha de negócio de forma a avaliar a eficiência das premissas e metodologias adotadas na precificação de nossos produtos. No exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022 nossa margem bruta foi de 52%.

O potencial impacto positivo da valorização do dólar norte-americano em nossas receitas via aumento da competitividade dos produtos nacionais vis a vis os produtos importados, conforme

2.2 Resultados operacional e financeiro

descrito acima, é compensado pelo aumento do custo de matérias-primas, cujo preço encontra-se vinculado à cotação da moeda.

Adicionalmente, não possuíamos nenhuma dívida ou aplicação financeira em moeda estrangeira e, portanto, a variação cambial não afeta nosso resultado financeiro.

Cerca de 37% do endividamento total da Companhia está indexado ao CDI, ou seja, alterações na taxa básica de juros da economia tem impacto direto no resultado financeiro da Companhia. Além disso a Companhia possui um montante de 9% de sua dívida indexada a TJLP e qualquer alteração nesta taxa pode ter impacto direto no resultado financeiro da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não existiram mudanças significativas nas práticas contábeis de 2022.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não possui ressalvas nem ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA	2022
(Prejuízo) Lucro Líquido	(15.381)
(+) Resultado Financeiro Líquido	45.019
(-) IR/CSLL	(6.303)
(+) Depreciação/Amortização e Imparidade	15.912
(=) EBITDA	39.247
+ / (-) Aumento / (Redução) Provisões	1.740
(=) EBITDA AJUSTADO	40.987

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O EBITDA é a sigla em inglês de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, que é uma medição não contábil que pode ser utilizada como métrica para avaliar a geração de caixa proveniente de uma companhia. Calculamos o EBITDA da seguinte forma: resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, despesas de imposto de renda e contribuição social e despesas de depreciação e amortização. Com relação às despesas de depreciação e amortização somadas ao nosso resultado líquido para fins de cálculo do EBITDA, esclarecemos que os valores utilizados são derivados da nossa demonstração de fluxo de caixa, já que em nossa demonstração de resultado a depreciação e amortização encontra-se dividida e alocada parte em despesas operacionais e parte em custo dos produtos vendidos (gastos gerais de fabricação).

O EBITDA ajustado foi afetado pelos seguintes registros não operacionais: R\$ 0,82 milhões de constituição de provisão para estoques e R\$ 0,85 milhões de reversão da provisão para contingências.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como uma das medidas de desempenho adotadas por nossa administração pois acreditamos que é uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional. Ademais, alguns investidores, agências de “rating” e analistas financeiros o utilizam como um proxy de nosso desempenho operacional.

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e conciliada com nossas demonstrações financeiras e não é uma medida de desempenho financeiro segundo as normas BR GAAP ou IFRS. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento de nossa dívida, mas funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações de taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de

2.5 Medições não contábeis

nossa lucratividade, em função de desconsiderar custos de depreciação de nossa planta que, por sua vez, afetam os nossos lucros.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou uma provisão, no montante de R\$ 8.755, para a possibilidade de débitos de PIS e COFINS, referente as requisições administrativas à época, devido ao fato de que nossos assessores legais entendiam que a restituição destes impostos poderia ser questionada pelo fisco. Entretanto em 24 de janeiro de 2023, após análise das PERD/COMPS's pela Receita Federal a mesma concluiu que os valores a restituir eram de direito, e não teria fato gerador de tributação, tanto que em 27 de janeiro de 2023 a mesma Receita Federal nos ressarciu o valor de PIS e COFINS, no montante de R\$ 10.357.

Além disso, O STF decidiu, em 8 de fevereiro de 2023, que uma decisão definitiva exonerando tributos recolhidos de forma contínua perde sua eficácia quando a Corte se pronunciar em sentido contrário. Desta forma, por maioria dos votos, ficou definido que a perda de efeitos é imediata e sem a necessidade de ação rescisória, quando se tratar de decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral. Em outras palavras, mesmo aqueles processos (sobre questões tributárias) que tenham sido transitados em julgado, perdem a eficácia diante de uma decisão contrária posterior do STF.

A companhia em conjunto com seus advogados tributários efetuou uma avaliação e não identificou ações de natureza tributária referente a tributos recolhidos de forma continuada, que tenham tido decisões em prol da companhia (com transitado em julgado em seu favor) e que tenham decisões contrárias de repercussão geral sobre o mérito das referidas demandas pelo STF. Desta forma, a companhia não vislumbra nenhum impacto nas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Segundo a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver, e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social, (ii) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e (iii) o saldo, após dedução dos dividendos obrigatórios, será destinado a Reserva de Investimento e Capital de Giro, conforme Estatuto Social. Esta reserva não poderá exceder o valor do capital social.; (iv) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências e demais reservas, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. Nosso Estatuto Social também autoriza o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da nossa Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. Nosso Estatuto Social permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao nosso Conselho de Administração.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não tivemos quaisquer restrições impostas por contratos, por legislação ou regulamentação especial aplicável, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui esta política formalizada até a data deste Formulário de referência e a destinação de resultados segue as regras estatuto social e da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, pois a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, pois a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável, pois a Companhia não possui contratos de construção não terminada.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, pois a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Projeto Smart Plus

Este projeto visa o desenvolvimento de uma Nova Versão da Bomba de Infusão LF Smart com o objetivo de acrescentar novas funcionalidades e melhorias ao produto e, principalmente, explorar oportunidades de redução de custos. O hardware eletrônico será reprojetoado com base na plataforma PIC 24 que ampliará a capacidade de processamento e a memória de programa será quadruplicada. O hardware terá dimensões reduzidas para ocupar menos espaço no gabinete e as conexões por cabo serão aperfeiçoadas. Serão implementados os recursos de programação por dose, comunicação USB e Bateria de Lítio. Também será realizada uma melhoria nas peças plásticas e na conexão do Equipamento e o equipamento será certificado na 3ª Edição da série de Normas 60601 do INMETRO, uma exigência compulsória.

Até a data de 31 de dezembro de 2022 já investimos um total de R\$ 1,2 milhões, de um total estimado de investimento de R\$ 2,4 milhões.

Projeto Smart Touch V2

Este projeto objetiva o desenvolvimento de uma nova versão da Bomba de Infusão Smart Touch, acrescentando novas funcionalidades e melhorias ao produto e, principalmente, explorar oportunidades de redução de custos. O hardware eletrônico será projetado com base na plataforma PIC 32 que possui melhores recursos, maior desempenho e uma redução de custos estimada em 20%. Também compõem o escopo deste projeto a redução das dimensões das placas eletrônicas para ocupar menos espaço no gabinete e facilitar o processo de montagem do equipamento. Também será realizada uma melhoria nas peças plásticas e o equipamento será certificado na 3ª Edição da série de Normas IEC 60601 do INMETRO e Portaria 54.

Até a data de 31 de dezembro de 2022 já investimos um total de R\$ 2,1 milhões, de um total estimado de investimento de R\$ 2,8 milhões.

Projeto Lifeshock Pro V2

Este projeto tem como alvo o desenvolvimento de um novo modelo do desfibrilador Lifeshock Pro com novas funcionalidades e recursos, especialmente o ECG de 12 Derivações, o módulo de conectividade, além da integração com a Plataforma de Monitoração Lifeview e com a Plataforma de Monitoramento Remoto. A atualização tecnológica do hardware possibilitará a implementação de novos recursos exigidos em editais de compras e licitações, como a comunicação Wi-Fi, Ethernet, 3G, GPS e GPRS. Além de comunicação com as plataformas de monitoramento remoto e disponibilização do ECG 12 derivações. Estes recursos também são solicitados nos equipamentos adquirido pelo Ministério da Saúde no âmbito da PDP de Monitores e Desfibriladores firmada junto com a UEPB. O Escopo do Projeto prevê também a Certificação compulsória INMETRO do Produto na série de Normas 60601 da ABNT e o desenvolvimento da plataforma de interface em 3 Idiomas (Português, Inglês e Espanhol) visando o mercado externo.

2.10 Planos de negócios

Até a data de 31 de dezembro de 2022 já investimos um total de R\$ 1,3 milhões, de um total estimado de investimento de R\$ 2,5 milhões.

Projeto Medidor de Diurese Horária – Urolife

Este projeto visa o desenvolvimento completo de um equipamento capaz de efetuar o monitoramento dos fluidos eliminados pelo paciente hospitalizado, proporcionando a possibilidade de automatização do cálculo do balanço hídrico. Essa automatização é possível por meio de comunicação Wi-Fi entre o equipamento em questão e o software da Plataforma de Gerenciamento dos Dados Clínicos do Paciente e dos Dispositivos Médicos de UTI (Lifeview 4.0). Dentre os diversos parâmetros monitorados pela equipe de enfermagem, podemos citar o balanço hídrico do paciente, que visa identificar se o paciente está sofrendo desidratação ou se ele está retendo líquido. Para a realização deste cálculo os dois principais parâmetros são: quantidade de líquido administrada ao paciente e a quantidade de líquido eliminado pelo paciente através da urina. No Brasil 100% dos pacientes que fazem uso de bolsa de coleta e que tem necessidade da medição da diurese horária e consequente cálculo do balanço hídrico tem este processo realizado de forma manual por um profissional de saúde. Para finalização do projeto o produto deve estar apto a ser submetido ao registro ANVISA, ou seja, deve ser aprovado nos ensaios de tipo indicados pelo Organismo Certificador (OCP).

Até a data de 31 de dezembro de 2022 já investimos um total de R\$ 0,9 milhão, sendo este o total estimado para o projeto.

Projeto Plataforma Lifeview 4.0 (Signove Tecnologia)

Este projeto objetiva o desenvolvimento da Plataforma de Monitoração Lifeview 4.0 que será o único sistema conhecido que realiza a monitoração simultânea dos leitos de pacientes em, disponibilizando informações e relatórios numéricos e gráficos através da Integração da comunicação dos monitores Lifetouch, Bombas de infusão Smart Touch, Ventilador Pulmonar TECME e Medidor de Diurese UroLife, utilizando o padrão de comunicação LAN Ethernet e WI-FI.

A Plataforma Lifeview 4.0 deve disponibilizar os recursos de visualizar os sinais vitais e status de infusões correntes em tempo real, além da visualização do histórico de sinais vitais e de medicamentos/drogas infundidas por leito e paciente e as informações de balanço hídrico.

O conjunto de informações clínicas dos pacientes, além de automatizar as ações dos profissionais de enfermagem, irá compor Índices específicos e cientificamente comprovados para apoio e suporte a decisão clínica.

Os dados referentes ao monitoramento devem ser armazenados ao menos por 96 horas e permitir o acesso remoto através da Plataforma SigHealth e de interligação com sistemas de informação do Hospital.

Até a data de 31 de dezembro de 2022 já investimos um total de R\$ 2,8 milhões, de um total estimado de investimento de R\$ 3,0 milhões.

Projeto Mecanismo de Infusão e Conceito Modular para Nova Família de Bombas

Projeto para desenvolvimento a primeira etapa da nova plataforma de bombas de infusão Lifemed. Este projeto permitirá o aproveitamento de todo o potencial do software da bomba de

2.10 Planos de negócios

infusão Smart Touch V2 e terá como foco um design mais compacto, leve, modular com melhor desempenho e segurança para os equipamentos.

Nesta etapa deve ser desenvolvido o novo Subsistema do Mecanismo de infusão e o Conceito de Design Modular para a Nova Família de Bombas. Para estruturação da nova plataforma deve englobar os modelos enteral, parenteral, de seringa e epidural.

Até a data de 31 de dezembro de 2022 já investimos um total de R\$ 1,2 milhões, sendo este o total estimado para o projeto.

Integrare – Central de Monitoramento Remoto

A INTEGRARE é uma plataforma modular aberta onde são integrados TODOS OS EQUIPAMENTOS que compõem o leito de uma UTI, quer sejam simples ou de alta complexidade. Plataforma aberta significa que são interligados EQUIPAMENTOS DE VÁRIAS MARCAS E MODELOS, provendo em uma única tela a visão geral de todas as informações necessárias para a tomada de decisão do profissional de saúde. Essa tela pode ser comparada ao cockpit de uma aeronave.

Interligando com o PEP (Prontuário Eletrônico do Paciente) ela proporciona o acesso às informações do laboratório, farmácia, centro de imagens, etc.

Transmite todas as informações acima mencionadas (via wifi) para nuvem, de onde o médico poderá ACESSÁ-LA EM TEMPO REAL e VISUALIZÁ-LA EM SEU SMARTPHONE OU TABLET. A transmissão é realizada através de comunicação criptografada (ponta a ponta), proporcionando assim total segurança dos dados e atendendo integralmente a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

De posse de todas as informações mencionadas acima e apresentadas ao médico, a INTEGRARE se torna uma poderosa FERRAMENTA DE SUPORTE À DECISÃO MÉDICA. Quanto à sua modularidade, a plataforma é configurável para atender às necessidades das diferentes UTIs existentes (UCO, RPA, NEURO, GERAL, CIRÚRGICAS, etc), portanto não onerando o orçamento das instituições com módulos desnecessários (Tailor-made).

Além de sua arquitetura modular, outro ponto que a faz extremamente atraente é o baixo valor financeiro necessário para sua implantação. Se comparada a outros sistemas onde são necessários milhões de dólares, a INTEGRARE apresenta uma relação custo/benefício altamente atrativa.

A INTEGRARE tem como cerne um servidor de baixo custo denominado por Lifeview.

Até a data de 31 de dezembro de 2022 já investimos um total de R\$ 3,6 milhões, sendo este o total estimado para o projeto.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Todos estes investimentos são financiados pela FINEP, no âmbito do Plano Estratégico de Inovação – Inovação em EMHO.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem nesta data desinvestimentos em andamento e ou previstos relevantes.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

2.10 Planos de negócios

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não temos projetos em desenvolvimento se não aqueles já divulgados no item 2.10 a. i.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais são os divulgados no 2.10 a. i.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não temos projetos em desenvolvimento se não aqueles já divulgados no item 2.10 a. i.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais são os divulgados no 2.10 a. i.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia não divulga informações de ASG em relatório anual ou outro documento específico e ainda não identificou oportunidades.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores com influência relevante que não tenham sido divulgados nos itens 2.1 a 2.10 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia busca proteção contra os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela administração da Companhia, sua reputação e os seus resultados financeiros, conforme descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia, no entanto, implementou uma Política de Gerenciamento de Risco para o ciclo de vida do produto que visa dar suporte aos processos decisórios relativos aos produtos comercializados pela empresa, visando a melhor condição possível de eficácia e segurança do seu desempenho em mercado.

A empresa possui ainda uma Política de Gerenciamento de Risco, baseada na Norma NBR ISO 14971:2009 – Produtos para Saúde – Aplicação do Gerenciamento de Risco em Produtos para Saúde que visa identificar os perigos associados à utilização dos produtos e seus acessórios, estimar e avaliar os riscos associados a tais perigos, controlar esses riscos e monitorar a eficácia de tal controle.

A empresa obteve o Certificado nº NCC 21.09003 (ABTN-NBR ISO 13485:2016) para o escopo “Desenvolvimento, fabricação, comercialização e suporte pós-venda de equipamentos eletromédicos: bombas de infusão, cardioversores, reprocessadoras de endoscópios, monitores multiparamétricos, sistemas de monitoramento e ventiladores mecânicos.”, com validade até 23/11/2024.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Lifemed busca proteção contra os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela administração da Companhia, sua reputação e os seus resultados financeiros, conforme descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência. São eles:

- Risco das Sanções Regulatórias;
- Risco de não conformidades que impliquem em perda ou não obtenção da Certificação dos Produtos;
- Risco de diminuição da Qualidade dos Produtos e Serviços ofertados pela Lifemed aos clientes;
- Risco de avaliação inadequada da empresa e seus produtos, por parte dos clientes;
- Risco de avaliação equivocada na tomada de decisão de investimentos em projetos considerados estratégicos;
- Risco de avaliação e/ou monitoramento equivocado de novas Tecnologias e/ou Concorrência nacional e/ou internacional;
- Risco de avaliação tardia das tendências de Tecnologias e/ou Mercado;
- Risco de aumento dos custos operacionais decorrentes de tendência de mercado ou exigências regulatórias;

ii. os instrumentos utilizados para proteção

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Para proteção contra os Riscos, a Companhia realiza monitoramento periódico para que os mesmos não impactem de forma relevante nos objetivos da empresa e, desta forma não causem impactos negativos em sua imagem e resultados financeiros.

Dentre os riscos citados, as principais medidas de mitigação são:

- Atuação da Direção da Companhia de forma empreendedora, inovadora e indutora de oportunidades de novos negócios;
- Investimento em estrutura de uma planta fabril moderna, dinâmica e com capacidade de expansão;
- Investimento em projetos estratégicos de parcerias público/privadas, resultando em produtos com tecnologia inovadora, como por exemplo: Bombas de Infusão V-Link, Smart Plus, Smart Touch, Urolife e a Plataforma de Monitoramento Remoto/Integrare;
- Diminuição do custo operacional com o enxugamento da estrutura organizacional;
- Investimento em ERP moderno, visando a qualificação e otimização da gestão administrativa, bem como a melhoria da competitividade;
- Participação constante em fóruns de discussões Técnico-Regulatórias nacionais e internacionais, por meio da interação direta com a ABIMO – Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios;
- Provisão de recursos para melhoria da eficiência dos processos e seus devidos licenciamentos;
- Atuação permanente da área de Segurança do Trabalho e RH na gestão da saúde e da segurança dos Colaboradores;
- Monitoramento sistemático de mudanças das Políticas Governamentais e de Regulamentação do Setor para adequação rápida às mudanças impostas;
- Contratação de Seguros;
- Registro de Marcas e Patentes;

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Para o Gerenciamento do Risco associado ao ciclo de vida do produto, estabelecido no Procedimento Interno PS 0092.25, define-se as Responsabilidades para a Diretoria, responsável por Tecnovigilância, Coordenação Industrial, Coordenação da Qualidade, Responsável Técnico e, este poderá envolver, sempre que necessário, outras áreas da empresa, profissionais e serviços externos, visando a melhor aplicação do mesmo.

Além disso, a empresa realiza um monitoramento através de seu Conselho de Administração, Diretor Presidente e demais Diretores, para os demais riscos estratégicos mencionados em 4.1.

Embora a Companhia não adote uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, o controle interno exercido pela Diretoria, com a supervisão do Conselho de Administração, e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia, contribui para que os riscos aos quais a Companhia está exposta sejam mitigados e controlados.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura organizacional atual é adequada e permite identificar que os controles internos são efetivos ou se necessitam ser melhorados, em virtude do monitoramento constante dos riscos, através das equipes multidisciplinares envolvidas no processo.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Diretoria da Companhia é a responsável pelo desenvolvimento e manutenção do sistema de controle interno. A Diretoria da Companhia avalia os benefícios e custos futuros relativos à implementação dos procedimentos de controle interno, tendo presente que o objetivo principal em desenvolver um adequado sistema de controle interno é o de assegurar a ordem e a conduta eficiente dos negócios da Companhia, que inclui as seguintes características:

- salvaguarda dos ativos;
- confiança na informação contábilística;
- preparação tempestiva de informação financeira;
- eficácia e eficiência dos recursos;
- prevenção de fraudes ou erros;
- reportar aos acionistas;

A Diretoria nesta avaliação tem também em atenção se os controles internos permitem uma razoável confiança, que os seus objetivos serão atingidos, devido às limitações inerentes, tais como, a possibilidade de erro humano, variações na eficácia devido a alterações no volume de transações e mudanças no quadro de pessoal, ou potencial conivência da parte dos responsáveis que efetuam esses controles. Os controles internos são sujeitos a um processo de reavaliação e modificação contínua, conforme as necessidades económicas e operacionais da Companhia se alteram, caso contrário correm o risco de ficarem desatualizados e se tornarem ineficientes.

Os controles internos, para divulgação de informações financeiras, compreendem o plano de organização e todos os sistemas, métodos e procedimentos relativos a:

- i. garantias de salvaguarda dos bens, direitos e obrigações da Companhia; e,
- ii. garantam razoável segurança e fidedignidade nos registros financeiros.

Para alcançar estes objetivos a Companhia implementou atividades de controles internos, realizadas por áreas de atuação específica na Companhia:

- **Financeiro** - aprovação de pagamentos mediante aval do Diretor Financeiro, e aprovação de pagamento feita por dois responsáveis, sendo dois diretores, ou um diretor e um procurador com poderes para tal; conciliações bancárias diárias de todas as contas bancárias; análise e liberação de crédito a clientes, com base em pressupostos de limite de crédito por cliente, e análises de relatórios de mercado; elaboração de planilhas auxiliares de controles financeiros sobre financiamentos e custos financeiros;
- **Compras** - está implementada uma matriz de aprovação de compras em alçadas pré-determinadas, requerendo obrigatoriamente para todas as compras a aprovação do gestor da respectiva área e da controladoria, e conforme o valor envolvido, a aprovação do Diretor Financeiro e/ou Diretor Presidente; processo de avaliação e qualificação de fornecedores; monitoramento dos processos por meio do indicador KPI (Key Performance Indicator).
- **Planejamento e Controladoria** - Elaboração de orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; controle orçamentário elaborado mensalmente; acompanhamento e controle de custos e despesas por meio de centro de custos e projetos; elaboração de relatórios mensais para o Conselho de Administração com

5.2 Descrição dos controles internos

painel de bordo com KPI's (Key Performance Indicator) relevantes.

- **Contabilidade** - fechamento contábil mensal com prática de validação da escrituração contábil mediante documentos hábeis que condizem com os saldos de cada conta contábil, controles auxiliares sobre as contas contábeis mais relevantes, atividades de escrituração fiscal e contábil realizadas por colaboradores independentes;
- **Controle Patrimonial** - controle de identificação patrimonial; gerenciamento do patrimônio em sistema ERP (Enterprise Resource Planning); controle do imobilizado devido sua atual relevância;
- **Recursos humanos** – avaliações de performance individual realizadas anualmente aos colaboradores; análise de avaliação de colaboradores como forma de premiação e retenção dos melhores talentos; políticas e procedimentos de segurança no trabalho.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia não tem um Comitê de Auditoria constituído que efetua a supervisão da aplicação dos controles internos, esta supervisão é feita pelos Diretores da Companhia, e confirmada pelos auditores externos, no âmbito da sua auditoria às demonstrações financeiras da Companhia.

c. se é como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Nos termos do estatuto social da Companhia, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro são responsáveis, em conjunto, por elaborar as demonstrações financeiras da Companhia e, nesse sentido, monitoram os controles internos existentes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes não reportaram quaisquer deficiências significativas aos controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os auditores emitiram um relatório com recomendações para o ano de 2022 sendo que 100% das recomendações foram de Outras Deficiências (OD) - aquelas que não são deficiências significativas, mas que são de importância suficiente para merecer a atenção da administração. É importante destacar que, com relação a essas observações, nosso foco não é entregar soluções, mas chamar a atenção da administração para oportunidades de melhoria. A Diretoria da Companhia entende que na Companhia existem oportunidades de melhoria, em especial ao nível de indicadores de produção, estando em constante desenvolvimento e implementação, alterações no fluxo e processo produtivo.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão inseridos nas práticas, controles, instrumentos e estruturas de gestão de riscos descrita no item 5.1. A Companhia entende que estes elementos de gestão de risco adotadas até o momento são suficientes para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os principais riscos conhecidos e inerentes, incluindo os riscos relacionados a desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos contra a administração pública.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia não possui uma estrutura organizacional formalmente aprovada ou dedicada especificamente para os temas de integridade. O monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade da Companhia estão inseridos no monitoramento do gerenciamento de riscos, conforme descrito no item 5.1, e no monitoramento dos controles internos, conforme descrito no item 5.2.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui Guia de Conduta Ética formalmente aprovado e indica que a sociedade está em constantes mudanças, fazendo surgir novos modelos de relação entre empresas e pessoas que nelas trabalham, bem como entre mercado, fornecedores e clientes, sendo necessário haver princípios claros para reger os novos modelos de relação mencionados e que um bom profissional deve executar seu trabalho com qualidade, mas a técnica perfeita não pode excluir a conduta ética, que é elemento essencial nas relações humanas e que a conduta e o comportamento de todos os que nela trabalham devem ser pautados pela filosofia expressada na sua Missão, Visão e Valores vigentes.

A Companhia reafirma que este Guia de Conduta e Ética, baseado na sua Missão, Visão e Valores vigentes e determina que tanto seus próprios colaboradores quanto aqueles das empresas que lhe prestam serviços de qualquer natureza, bem como todos os profissionais autônomos, devem comprometer-se a obedecer a este Guia de Conduta e Ética.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Nosso Guia de Conduta Ética, em conformidade com as leis (compliance) indica que seus controladores, acionistas e fornecedores estão obrigados a cumprir as leis e normas aplicáveis da legislação brasileiras.

5.3 Programa de integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Nosso Guia de Conduta e Ética de conduta em seu item 7, descrito abaixo:

Descumprimento do Guia de Conduta e Ética e procedimento de medidas disciplinares

A ação, a omissão ou a conivência que impliquem em desobediência ou inobservância das disposições do Guia de Conduta e Ética da Lifemed são consideradas infrações éticas sujeitas a medidas disciplinares, conforme estabelecido em procedimento.

De acordo com o previsto no procedimento, as medidas disciplinares a que os colaboradores infratores estão sujeitos são:

- i. Advertência verbal;
- ii. Advertência escrita;
- iii. Suspensão entre 1 e 5 dias;
- iv. Demissão por justa causa.

Cabe à Lifemed, na hipótese de falta cometida pelo colaborador, o direito de aplicar as medidas disciplinares, observando os critérios estabelecidos no procedimento interno, que estão de acordo com a legislação vigente, observada a gravidade das condutas e a eventual reincidência. Todos os colaboradores da Lifemed estarão sujeitos a esse procedimento. Caberá ao Coordenador, mediante orientação do Setor Jurídico, decidir as medidas que serão adotadas, as quais serão justas e em respeito aos direitos trabalhistas.

As medidas disciplinares serão aplicadas de acordo com o procedimento estabelecido pela Empresa, ficando o gestor responsável por garantir que todos os colaboradores sejam tratados de forma igualitária quanto à fiscalização do cumprimento das normas e, em caso de aplicação de medidas disciplinares, garantir, também, que o colaborador seja tratado de forma cordial e respeitosa, sem qualquer tipo de exposição e em local adequado, devendo ficar bem claro o motivo pelo qual o colaborador está sendo penalizado.

São competentes para a aplicação das penalidades mencionadas:

- I. o Presidente e o CEO;
- II. os Diretores;
- III. os Gerentes;
- IV. os Coordenadores.

Podem ser consideradas circunstâncias atenuantes ao infrator:

- I. ter procurado agir, logo após a infração, por sua espontânea vontade e com eficiência, para evitar ou minimizar as consequências do seu ato;
- II. ter bons antecedentes profissionais;
- III. ter confessado, espontaneamente, ser o autor da infração, exceto na hipótese de aplicação da dispensa por justa causa.

Podem ser consideradas circunstâncias agravantes ao infrator:

- I. ser reincidente;
- II. causar sérios problemas ou graves danos;
- III. facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração;

5.3 Programa de integridade

IV. ter maus antecedentes pessoais ou profissionais.

• **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Guia de Conduta e Ética foi aprovado em 03 de junho de 2020 e foi aprovado pelo Diretor Presidente, Diretor de Relação com investidores e demais Diretores.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo

A companhia possui um canal de denúncia, sendo que qualquer colaborador que, de boa-fé, tenha qualquer dúvida ou suspeita relacionada a potenciais práticas ilegais ou violações de ética pode contactar a empresa, até mesmo de forma anônima, mediante notificação no sistema de comunicação interna, chamado “Programa FALE”. As regras desse sistema são estabelecidas em procedimento próprio e são de conhecimento geral dos colaboradores.

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal, chamado de Programa FALE, está à cargo da Companhia.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Atualmente o canal está aberto somente para denúncias de colaboradores.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Sim, neste canal garante o anonimato e denunciante de boa fé.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Atualmente o RH e comitê de ética são responsáveis pela apuração de denúncias.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houveram, nos 3 últimos exercícios sociais, desvios, fraudes irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia não possui programa de integridade, entretanto possui um Guia de Conduta Ética devidamente elaborado e aprovado pela Administração.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotado.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes não divulgadas nos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência.